

0 9 . o u t . 2 0 2 5

L V N T

# FI Infra

## Relatório Mensal



**Analista**  
Marcelo Potenza  
CNPI 7713



**Analista**  
Eduardo Rahal  
CNPI-T 8204

# Mensal – FI Infra

## Educativo Setorial

Nossa visão sobre o tema da energia elétrica envolve a exposição dos principais fatores que compõem esse setor, incluindo a diferença entre geração e transmissão, bem como os respectivos papéis de cada segmento dentro da infraestrutura.

**O setor elétrico é um pilar fundamental da infraestrutura e desempenha um papel crucial no desenvolvimento e funcionamento da sociedade moderna.** Ele impacta diretamente a economia, o bem-estar social e a qualidade de vida da população. Este setor é tradicionalmente dividido em três grandes áreas: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, cada uma com suas características específicas e desafios próprios.

## Geração de Energia

**A geração de energia elétrica é o processo de conversão de diferentes formas de energia em eletricidade.** Esse processo ocorre em usinas geradoras, que utilizam diversas fontes de energia, classificadas como renováveis e não renováveis. Existem vários meios de geração de energia, entre os quais se destacam:

- **Energia Hidrelétrica:** Predominante em muitos países com abundância de recursos hídricos, a energia hidrelétrica é gerada pelo aproveitamento do potencial energético da água. Usinas hidrelétricas utilizam barragens para armazenar água em reservatórios, de onde ela é liberada para acionar turbinas e geradores. Essa forma de geração é valorizada por ser renovável e capaz de produzir grandes quantidades de eletricidade de forma estável e confiável. No Brasil, há diversas usinas hidrelétricas, sendo a mais conhecida a Usina de Itaipu. Esta é uma das maiores do mundo em termos de capacidade de geração de energia. Localizada no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, a usina é um marco de cooperação entre os dois países e um exemplo notável de engenharia e sustentabilidade.
- **Energia Eólica:** Resulta da conversão da energia cinética dos ventos em energia elétrica. Parques eólicos, compostos por diversas turbinas, são instalados em regiões com ventos constantes. A energia eólica é altamente sustentável e uma das fontes de energia que mais cresce no mundo, devido à sua capacidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

- **Energia Solar:** A energia solar fotovoltaica converte a luz do sol em eletricidade por meio de painéis solares. Essa fonte é especialmente promissora por sua abundância e pelo potencial de aplicação tanto em pequena escala (como em telhados residenciais) quanto em grandes usinas solares. A redução dos custos dos painéis e os avanços tecnológicos em eficiência têm impulsionado significativamente sua adoção.
- **Energia de Biomassa:** Consiste na queima de materiais orgânicos para a geração de energia. A biomassa pode ser proveniente de resíduos agrícolas, florestais e até de lixo urbano. Além de produzir energia, essa fonte contribui para a gestão de resíduos e pode ser considerada renovável, dependendo da forma como é cultivada e coletada.
- **Energias Fósseis:** Incluem o carvão, o petróleo e o gás natural. Essas fontes ainda são amplamente utilizadas por sua alta densidade energética e capacidade de fornecimento contínuo. No entanto, enfrentam crescente oposição devido aos impactos ambientais negativos, especialmente pela emissão de gases de efeito estufa que contribuem para o aquecimento global.

## Transmissão de Energia

---

Após a geração, **a energia elétrica precisa ser transportada das usinas até os consumidores finais.** Esse processo é realizado pelo sistema de transmissão, que é composto por uma extensa rede de torres, cabos de alta tensão e subestações.

- **Linhas de Alta Tensão:** Essenciais para o transporte de eletricidade por longas distâncias, as linhas de alta tensão minimizam as perdas de energia que ocorrem durante o trajeto. A eletricidade é elevada a tensões muito altas para que possa percorrer grandes distâncias e, posteriormente, é reduzida por subestações antes de ser distribuída aos usuários finais.
- **Subestações:** Funcionam como pontos de conexão na rede de transmissão, onde a tensão elétrica é transformada para níveis adequados à distribuição e ao uso final. As subestações também desempenham um papel fundamental na manutenção da estabilidade e confiabilidade do sistema elétrico, regulando o fluxo de energia e respondendo a variações na demanda.
- **Interconexões e Redes Integradas:** Os sistemas de transmissão frequentemente se estendem além das fronteiras nacionais, conectando diferentes regiões e países. Essas interconexões permitem o compartilhamento de recursos energéticos, aumentando a eficiência, a segurança e a sustentabilidade no fornecimento de energia.

- **Modernização e Inovação:** A indústria de transmissão de energia vem passando por rápidas transformações, com a incorporação de tecnologias avançadas, como as smart grids, que utilizam comunicação digital e automação para melhorar a eficiência e a confiabilidade do sistema. Além disso, o desenvolvimento de novas soluções de armazenamento de energia, como baterias em larga escala, está transformando a forma como a energia é gerenciada e fornecida.

## Distribuição de Energia

---

**A distribuição de energia é a etapa final do processo de fornecimento de eletricidade, que se inicia com a geração e passa pela transmissão.** É nessa fase que a energia elétrica é efetivamente entregue aos consumidores finais, sejam eles residenciais, comerciais ou industriais. Vamos explorar essa etapa crucial do setor elétrico, abordando suas características, desafios e importância.

- **Redução da Tensão:** A energia que chega às subestações de distribuição, proveniente das linhas de transmissão, ainda está em alta tensão. Por isso, um dos primeiros passos na etapa de distribuição é reduzir essa tensão para níveis seguros e adequados ao consumo, o que é feito por meio de transformadores.
- **Rede de Distribuição:** Após a redução da tensão, a energia é conduzida por uma rede extensa de cabos e postes, conhecida como rede de distribuição. Essa rede cobre uma ampla área geográfica, permitindo o acesso à eletricidade para todos os tipos de consumidores.
- **Pontos de Conexão:** A rede de distribuição conecta a energia elétrica a residências, empresas e outras instalações por meio de um sistema de cabos e medidores, assegurando que cada cliente receba a eletricidade necessária para suas atividades diárias.

## Importância da Distribuição de Energia

---

A distribuição de energia é fundamental para a funcionalidade e eficiência do sistema elétrico. Ela não apenas permite que a energia gerada chegue aos consumidores finais, como também desempenha um papel crucial na garantia da qualidade e confiabilidade da eletricidade fornecida. **Além disso, uma rede de distribuição eficiente e bem gerida contribui para a segurança energética, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental.**

**As empresas de distribuição de energia são responsáveis por operar e manter essa infraestrutura, enfrentando o desafio de equilibrar a oferta e a demanda de energia**, ao mesmo tempo em que se adaptam às novas tecnologias e às exigências de um mercado em constante evolução. Por isso, investimentos em tecnologia, inovação e capacitação são essenciais para melhorar a eficiência, a confiabilidade e a sustentabilidade da distribuição de energia.

O setor elétrico de infraestrutura é, portanto, essencial para atender às necessidades energéticas da sociedade, exigindo investimentos contínuos em expansão, modernização e inovação, a fim de acompanhar as crescentes demandas por energia, garantindo ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental e a estabilidade econômica. **No Brasil, devido à sua vasta extensão territorial, nem sempre é fácil executar essas tarefas, o que torna necessário um investimento robusto em geração e transmissão até que a energia chegue ao consumidor final.**

## Regulamentação do Setor de Energia Elétrica

---

**A regulamentação do setor de energia elétrica é fundamental para garantir uma infraestrutura energética eficiente, confiável e sustentável.** Essas regulamentações são definidas por órgãos governamentais e agências reguladoras, que estabelecem diretrizes e normas para a operação e o desenvolvimento do setor. A seguir, apresentamos os principais aspectos da regulamentação do setor de energia elétrica.

### Estruturas Regulatórias

- **Tarifação e Preços:** Os órgãos reguladores definem as tarifas de energia para assegurar que os preços sejam justos tanto para os consumidores quanto para as empresas do setor. Isso inclui a aprovação de tarifas com base nos custos de operação, manutenção e investimento em infraestrutura.
- **Padrões de Qualidade:** Estabelecimento de critérios mínimos de qualidade para o fornecimento de energia, abrangendo aspectos como a frequência e duração das interrupções no serviço e a estabilidade da tensão elétrica fornecida.
- **Licenciamento e Concessões:** As empresas devem obter licenças e concessões para operar no setor elétrico. Isso envolve a aprovação de novos projetos de geração, transmissão e distribuição, garantindo que atendam a requisitos técnicos, econômicos e ambientais.
- **Acesso à Rede:** Regulação do acesso às redes de transmissão e distribuição com o objetivo de garantir que todos os geradores de energia tenham acesso equitativo ao mercado, promovendo a concorrência e evitando práticas monopolistas.

## Agência Reguladora

**A agência reguladora do setor de energia elétrica no Brasil é a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).** Criada em 1996 pela Lei nº 9.427, a ANEEL é responsável por regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no país, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Seu papel inclui garantir o equilíbrio entre consumidores e concessionárias, promover a competitividade do setor, **assegurar a qualidade dos serviços e incentivar o investimento em infraestrutura de energia elétrica.**

## Principais Leis Regulatórias

- Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996:** Esta é a lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definindo suas atribuições, poderes e o marco regulatório para o setor elétrico no Brasil. Ela estabelece as regras para concessão, permissão e autorização dos serviços e instalações de energia elétrica, além de definir o regime das penalidades aplicáveis.
- Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998:** Alterou e complementou a legislação anterior, introduzindo mudanças significativas no setor elétrico, como a desverticalização das empresas estatais de energia elétrica, permitindo a separação entre as atividades de geração, transmissão e distribuição.
- Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004:** Estabelece as diretrizes para a comercialização de energia elétrica, cria o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), agora integrado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e institui o sistema de leilões para a contratação de energia.
- Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003:** Define a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e cria a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo destinado a financiar políticas de energia elétrica, incluindo a universalização do serviço de energia elétrica e programas de eficiência energética.
- Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013:** Esta lei prorrogou as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e estabeleceu novas regras para a renovação das concessões, com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica.

## Saneamento

---

O setor de saneamento é fundamental para a saúde pública e o desenvolvimento sustentável, englobando uma série de serviços essenciais, como o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de águas pluviais e o manejo de resíduos sólidos. **Cada um desses serviços desempenha um papel crucial na promoção da saúde, na prevenção de doenças e na proteção da população.**

O abastecimento de água envolve a captação, o tratamento e a distribuição de água potável. **Esse processo consiste em retirar água de fontes naturais, tratá-la em Estações de Tratamento de Água (ETAs) para remover impurezas e distribuí-la por meio de uma extensa rede de tubulações até os consumidores.** Essa etapa é essencial para garantir que a água consumida pela população atenda aos padrões de qualidade e seja segura para o consumo.

O esgotamento sanitário trata da coleta e do tratamento das águas residuais provenientes de residências, comércios e indústrias. As redes de esgoto coletam essas águas e as transportam até as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), onde são tratadas antes de serem devolvidas ao meio ambiente. **Esse serviço é essencial para manter a higiene urbana e prevenir a contaminação de rios e lençóis freáticos.**

O manejo de águas pluviais é outro componente importante, envolvendo a gestão das águas provenientes das chuvas. Esse serviço ajuda a prevenir inundações e erosões por meio de sistemas de drenagem que captam, canalizam e tratam a água da chuva, evitando seu acúmulo em áreas urbanas.

Por fim, o manejo de resíduos sólidos abrange a coleta, o tratamento e a destinação final dos resíduos domésticos e industriais. **A coleta seletiva, a reciclagem e a disposição adequada em aterros sanitários ou incineradores são práticas fundamentais para minimizar o impacto ambiental causado pelos resíduos gerados pela sociedade.**

Além da infraestrutura física, como tubulações, estações de tratamento e aterros, o setor de saneamento é rigorosamente regulado para garantir a eficiência e a segurança dos serviços prestados. No Brasil, a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) estabelecem as diretrizes e normas que regem o setor, promovem investimentos e definem metas para a universalização desses serviços essenciais.

**1. Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007):** Trata-se da legislação fundamental que estabelece as diretrizes para o saneamento básico no Brasil. Ela define os princípios para a prestação dos serviços, a política federal e as competências do poder público. A lei também determina que os serviços devem ser prestados com base nos princípios da eficiência, universalidade e continuidade.

**2. Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020):** Representa uma atualização significativa da Lei de Saneamento Básico, com o objetivo de acelerar os investimentos no setor e expandir o acesso aos serviços de saneamento. Essa legislação incentiva a competitividade e a eficiência por meio de licitações e contratos públicos, visando alcançar a universalização dos serviços até 2033. O marco também destaca a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços, exigindo a elaboração e atualização periódica dos planos de saneamento.

## Agência Reguladora

**A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) é a agência reguladora federal responsável pela gestão dos recursos hídricos e pela regulação do saneamento básico no Brasil.** Criada inicialmente como Agência Nacional de Águas pela Lei nº 9.984/2000, teve sua atuação ampliada posteriormente para abranger também o setor de saneamento básico.

Entre suas principais funções estão: a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a regulação dos serviços de saneamento, a outorga dos direitos de uso da água, a fiscalização do uso dos recursos hídricos e a promoção da sustentabilidade hídrica. **Essas atividades visam assegurar o uso racional da água, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.**

## FI-Infra Analisados

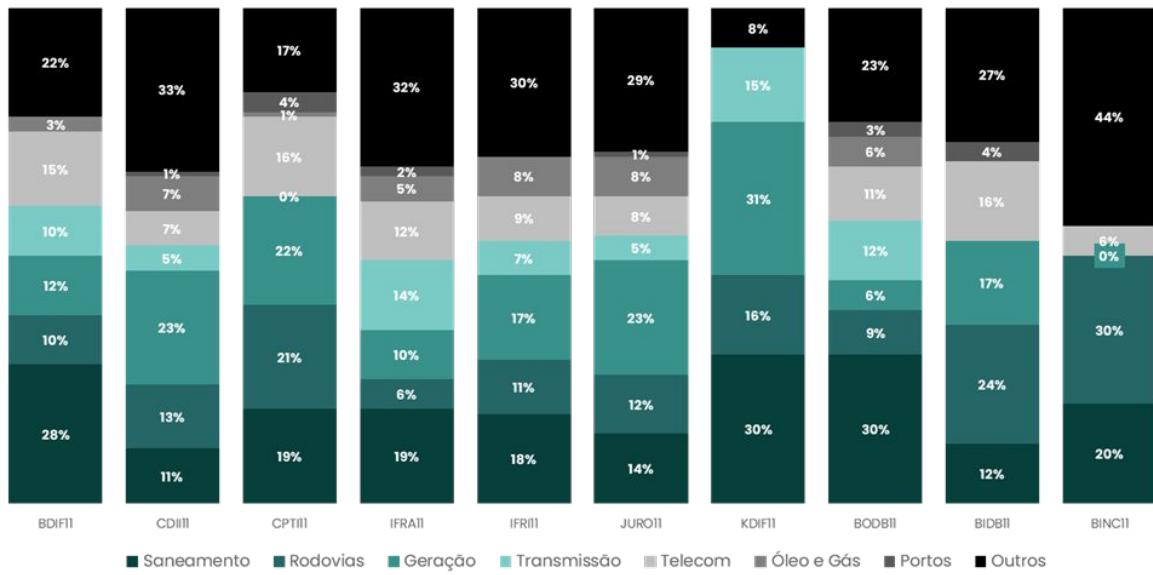
Nosso primeiro critério foi a liquidez, visando mitigar os riscos de mercado e assegurar a facilidade de entrada e saída nas posições. Selecionamos fundos com mais de seis meses de negociação, o que nos permite uma avaliação mais precisa do desempenho ao longo desse período. Outro ponto fundamental, especialmente no cenário atual, é a análise qualitativa das equipes de gestão e das carteiras de crédito.

**Não recomendamos a compra de fundos que apresentem ágio em relação ao valor patrimonial, considerado o valor justo dos fundos.** Isso se deve ao fato de que as debêntures são, em sua maioria, negociadas diariamente no mercado secundário e avaliadas com base em seus respectivos valores justos.

Ticker	Volume Médio Diário IM	Valor de Mercado	% Sobre Valor Total de Mercado	D.Y. IM	D.Y.12M	Cotação	Cota Patrimonial	Preço-teto	P/VP	Recomendação
KDIFII	R\$ 3.034.737	R\$ 2.469.618.031	20,33%	0,81%	11,94%	R\$ 121,62	R\$ 125,76	R\$ 125,76	0,97x	COMPRAR
JUROII	R\$ 3.718.662	R\$ 2.088.025.216	17,19%	0,98%	10,98%	R\$ 101,50	R\$ 101,76	R\$ 100,00	1,00x	MANTER
IFRAII	R\$ 2.250.687	R\$ 1.504.277.764	12,38%	0,92%	12,95%	R\$ 97,10	R\$ 99,19	R\$ 99,19	0,98x	COMPRAR
CDIII	R\$ 3.569.359	R\$ 1.455.162.878	11,98%	1,45%	13,96%	R\$ 108,70	R\$ 105,38	R\$ 100,00	1,03x	MANTER
BDIFII	R\$ 2.383.970	R\$ 1.345.779.691	11,08%	0,81%	14,60%	R\$ 74,25	R\$ 82,71	R\$ 82,71	0,90x	MANTER
CPTIII	R\$ 1.598.363	R\$ 1.246.469.980	9,26%	1,19%	14,32%	R\$ 82,80	R\$ 93,49	R\$ 93,49	0,89x	MANTER
IFRIII	R\$ 2.053.317	R\$ 1.007.799.093	8,30%	1,17%	12,08%	R\$ 100,78	R\$ 103,47	R\$ 103,47	0,97x	COMPRAR
BODBII	R\$ 1.361.257	R\$ 484.631.930	3,99%	1,19%	16,14%	R\$ 7,47	R\$ 8,58	R\$ 8,58	0,87x	COMPRAR
BINCII	R\$ 950.984	R\$ 468.676.121	3,86%	1,49%		R\$ 98,85	R\$ 102,28	R\$ 102,28	0,97x	COMPRAR
BIDBII	R\$ 316.186	R\$ 197.739.302	1,63%	1,25%	16,34%	R\$ 79,23	R\$ 83,47	R\$ 83,47	0,95x	MANTER
Média P.	R\$ 2.641.295	-	-	1,04%	12,44%	-	-	-	0,98x	-

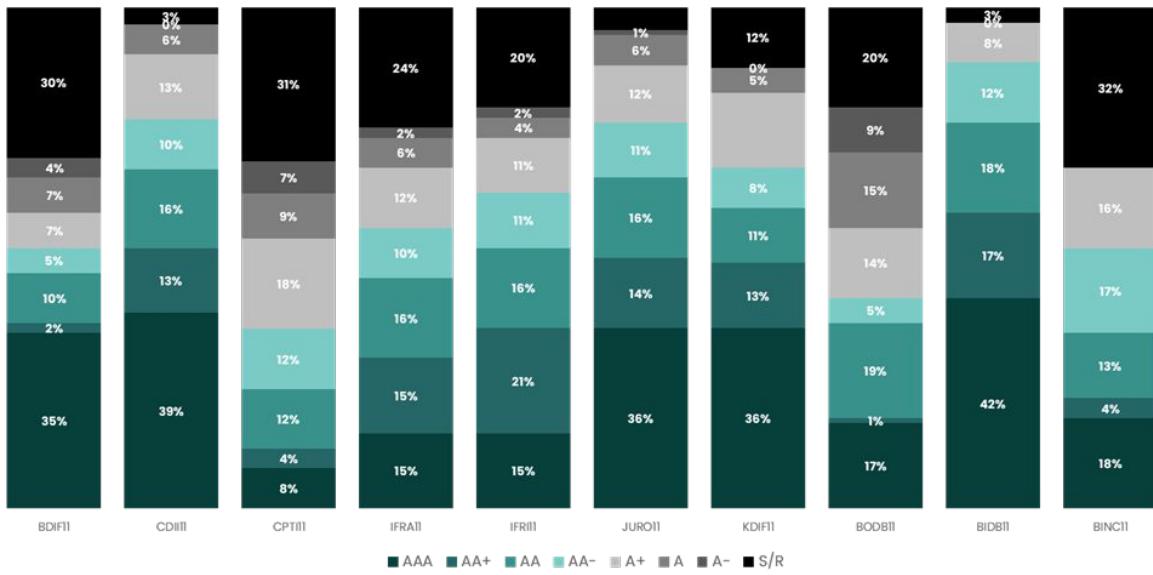
Fonte: Economatica | Elaboração: LVNT Inside Corp

## Exposição por Segmento



Fonte: Gestoras | Elaboração: LVNT Inside Corp

## Exposição por Rating



Fonte: Gestoras | Elaboração: LVNT Inside Corp

# Teses dos FI-Infra

## BTG Pactual Dívida Infra • BDI/F11

O BTG Pactual Dívida Infra FIC FI-Infra é um fundo que busca a valorização de suas cotas por meio de investimentos em instrumentos de dívida voltados ao setor de infraestrutura, com foco em debêntures incentivadas. **Cobra taxa de administração de 0,75% ao ano e taxa de performance de 20% sobre o que exceder o IMA-B + 2,0% ao ano.**

Seu patrimônio líquido é de R\$ 1,51 bilhão, com a cota patrimonial precificada em R\$ 83,09. Atualmente, o fundo possui 93% de seu portfólio alocado em debêntures, com uma diversificação de 68 ativos diferentes. A última distribuição de rendimentos foi de R\$ 0,60 por cota, o que equivale a um dividend yield de 8,8% anualizado. **A taxa líquida da carteira está em IPCA + 8,25% (considerando a cota patrimonial).**

## Sparta Infra CDI • CDI/II

O Sparta Infra CDI é um fundo de renda fixa que investe seus recursos em debêntures de infraestrutura. O fundo está disponível para investidores em geral e tem meta de retorno de CDI+ 2,0% a.a.

**O Fundo está com patrimônio líquido de R\$ 1,4 bilhão e conta com a base de cotistas em 47.736 investidores.**

Em outubro/24, a gestão anunciou o encerramento de sua 5ª emissão de cotas, onde concluiu a captação desejada, equivalente a R\$ 1 bilhão. No exercício do direito de preferência já captaram 40% do volume disponível, a demanda da oferta ultrapassou os R\$ 2 bilhões.

**Sua última distribuição foi de R\$ 2,00/cota, equivalente a uma taxa de 156% do CDI e um dividend yield de 16,6% ao ano.**

## Capitânia FI – Infra • CPTIII

---

**O CPTIII é o Fundo de Infraestrutura da Capitânia, que aloca seus recursos principalmente em debêntures financeiras e ativos de crédito privado.** Seu patrimônio líquido é de R\$ 1,28 bilhão e a base de cotistas conta com 37.871 investidores. A taxa de administração é de 1% ao ano, e não há cobrança de taxa de performance.

O ADTV médio diário é de R\$ 1,65 milhão. A última distribuição de rendimentos foi de R\$ 1,00 por cota, equivalente a um dividend yield de 14,64% ao ano.

**O CPTIII possui um spread marcado a mercado (MTM) de IPCA + 9,43%, com spread-over B de 2,11%, duration de 4,10 anos.**

## Itaú FI de Infraestrutura IPCA • IFRAII

---

O fundo busca retorno de longo prazo superior ao dos títulos públicos federais atrelados à inflação com duration equivalente, almejando um spread entre +0,5% e 1,0% ao ano. **Esses títulos públicos federais estão relacionados aos setores de infraestrutura.**

O fundo teve início em janeiro de 2020, possui patrimônio líquido de R\$ 2,0 bilhões, cobra taxa de administração de 0,85% ao ano e não cobra taxa de performance. A XP Investimentos atua como formadora de mercado, e a base de cotistas é composta por 34.141 investidores.

**O fundo está 100% alocado em crédito privado, com um spread médio dos títulos privados sobre a NTN-B de +1,06% e duration de 5,57 anos.**

## Itaú FI de Infraestrutura CDI • IFRIII

---

**O Fundo tem como objetivo gerar retorno de longo prazo superior ao CDI, com um spread estimado entre +0,5% e 1,0% ao ano.** Para isso, investe em títulos privados isentos de imposto de renda, com foco em temas relacionados aos setores de infraestrutura.

O IPO do Fundo ocorreu em 12 de junho de 2024, com uma captação total de R\$ 1 bilhão, incluindo o lote adicional. A oferta já contou com uma base diversificada de cotistas, com mais de 12 mil investidores participantes.

**O Fundo está com 94% de seu PL alocado em crédito privado, a uma taxa média a mercado de CDI + 0,96% ao ano e um duration de 5,6 anos.**

Para viabilizar a estrutura do Fundo, a gestão realiza uma operação de derivativos denominada Contrato Futuro de Cupom de IPCA (DAP), **convertendo sinteticamente a remuneração atrelada ao IPCA para CDI.**

## Sparta FI – Infra IPCA • JUROII

---

Trata-se de um fundo de renda fixa que aloca seus recursos em debêntures de infraestrutura, com meta de retorno entre 1,5% e 2,5% ao ano acima do Tesouro IPCA. Seu patrimônio líquido é de R\$ 2,1 bilhões e conta com pouco mais de 90 mil cotistas.

**O último rendimento foi de R\$ 1,00 por cota, resultando em um dividend yield de 11,6% nos últimos 12 meses.**

A expectativa de distribuição para o primeiro semestre de 2025 foi ajustada para que fique em linha com o carregamento da carteira, estimado em torno de R\$ 1,00 por cota. A gestora ressalta que a manutenção das distribuições depende das condições de mercado, uma vez que seus fundos possuem uma cláusula em regulamento que impede distribuições abaixo do valor patrimonial de R\$ 100,00 por cota.

**A taxa de carregamento da carteira é de IPCA + 8,9% ao ano. A duration da carteira é de 3,0 anos, enquanto a duration do spread de crédito é de 5,0 anos.**

## Kinea Infra • KDI/FII

---

Trata-se do fundo de infraestrutura da Kinea, que iniciou suas atividades em abril de 2017. **O fundo cobra taxa de administração de 1,07% ao ano, possui patrimônio líquido de R\$ 2,6 bilhões, cota patrimonial precificada em R\$ 126,08 e conta com uma base de mais de 43 mil cotistas.**

O último rendimento distribuído foi de R\$ 1,28 por cota, equivalente a um dividend yield de 1,02% no mês. A taxa média ponderada de compra/emissão é de IPCA + 7,75%, e a duration da carteira é de 5,54 anos. **Atualmente, 97% do portfólio está alocado em debêntures de infraestrutura.**

## Bocaina FIC FI-Infra • BODB11

---

Trata-se de um fundo de Renda Fixa de Crédito Privado que busca a valorização por meio de ativos de renda fixa, com ênfase em Debêntures Incentivadas de Infraestrutura, além da obtenção de ganho de capital por meio da venda desses ativos via mercado secundário.

**O patrimônio líquido (PL) do fundo é de R\$ 554 milhões**, com uma base de pouco mais de 23 mil cotistas. **A duration média das debêntures é de 5,5 anos. Atualmente, 95% do PL** está alocado em debêntures.

## Inter Infra FIC • BIDB11

---

**Fundo de renda fixa do Banco Inter, tem um patrimônio líquido de R\$ 207 milhões, cobra taxa de administração de 0,80% a.a.** e não há taxa de performance. Objetiva ter um retorno alvo da NTN-B + 1% - 1,5% a.a. Além de sua base de cotistas ser composta por cerca de 13 mil investidores.

Ao todo são 50 emissores no portfólio, a duration da carteira é de 5,2 anos.

**O carregamento da carteira do Fundo é de IPCA+ 8,37%.**

## Bradesco FI-Infra • BINC11

---

**Trata-se de um fundo de investimento em ativos de infraestrutura do Bradesco, com indexação ao CDI e objetivo de retorno entre CDI + 0,5% e 1,0% ao ano.** Seu patrimônio líquido atual é de R\$ 506 milhões, com cota patrimonial de R\$ 106,55.

Atualmente, o fundo conta com 6.786 cotistas. A taxa de carregamento da carteira é de CDI + 0,58% ao ano, com duration de 4,9 anos e volume médio diário negociado (ADTV) de R\$ 977 mil.

**A última distribuição foi de R\$ 1,60 por cota, o que equivale a uma taxa de CDI + 3,91% e um dividendo anualizado de 19,8%.**

## DISCLAIMER

A INSIDE RESEARCH LTDA. ("INSIDE"), empresa do Grupo Levante Investimentos ("LEVANTE"), declara que participou da elaboração do presente relatório de análise e é responsável por sua distribuição exclusivamente nos canais autorizados das empresas do Grupo Levante, tendo como objetivo somente informar os seus clientes com linguagem clara e objetiva, diferenciando dados factuais de interpretações, projeções, estimativas e opiniões, não constituindo oferta de compra ou de venda de nenhum título ou valor mobiliário. Além disso, os dados factuais foram acompanhados da indicação de suas fontes e as projeções e estimativas foram acompanhadas das premissas relevantes e metodologia adotadas.

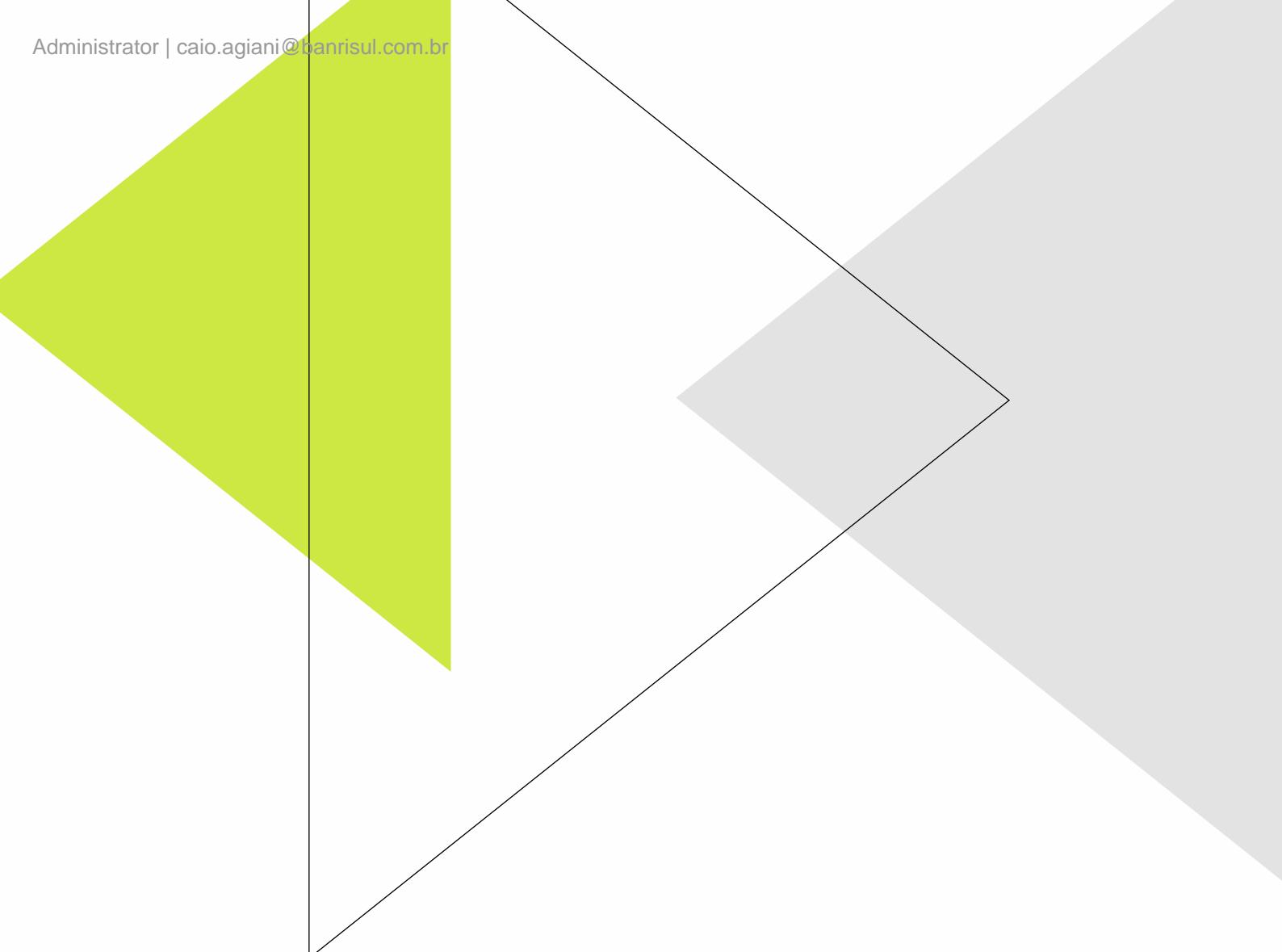
Todas as informações utilizadas neste documento foram redigidas com base em informações públicas, de fontes consideradas fidedignas. Embora tenham sido tomadas todas as medidas razoáveis para assegurar que as informações aqui contidas não são incertas ou equivocadas no momento de sua publicação, a INSIDE e os seus analistas não respondem pela veracidade das informações do conteúdo, mas sim as companhias de capital aberto que as divulgaram ao público em geral, especialmente perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As informações, opiniões, estimativas e projeções contidas neste documento referem-se à data presente e estão sujeitas a mudanças, não implicando necessariamente na obrigação de qualquer comunicação no sentido de atualização ou revisão com respeito a tal mudança. Para maiores informações consulte a Resolução CVM nº 20/2021, e, também, o Código de Conduta da Apimec para o Analista de Valores Mobiliários. Em cumprimento ao artigo 16, II, da referida Resolução CVM nº 20/2021.

**As decisões de investimentos e estratégias financeiras sempre devem ser realizadas pelo próprio cliente, de preferência, amparado por profissionais ou empresas habilitadas para essa finalidade, uma vez que a INSIDE não exerce esse tipo de atividade.**

Esse relatório é destinado exclusivamente ao cliente da INSIDE que o contratou. A sua reprodução ou distribuição não autorizada, sob qualquer forma, no todo ou em parte, implicará em sanções cíveis e criminais cabíveis, incluindo a obrigação de reparação de todas as perdas e danos causados, nos termos da Lei nº 9.610/98, além da cobrança de multa não compensatória de 20 (vinte) vezes o valor mensal do serviço pago pelo cliente.

Em conformidade com os artigos 20 e 21 da Resolução CVM nº 20/2021, o analista Eduardo Jamil Rahal (inscrito no CNPI sob o nº 8204) declara que (i) é o responsável principal pelo conteúdo do presente relatório de análise; (ii) as recomendações nele contidas refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e que foram elaboradas de forma independente, inclusive com relação à INSIDE. Na contracapa deste relatório você encontra uma relação de todas as empresas que fazem parte do Grupo Levante. Para dirimir quaisquer dúvidas, entre em contato através dos canais de atendimento nos sites oficiais.



**INSIDE**

R E S E A R C H

[www.insideresearch.com.br](http://www.insideresearch.com.br)

**LEVANTE**

[www.levanteideias.com.br](http://www.levanteideias.com.br)

**LVNT**  
INSIDE | Corp

[www.lvntcorp.com.br](http://www.lvntcorp.com.br)

**LEVANTE** | Asset  
Management

[www.levanteasset.com.br](http://www.levanteasset.com.br)